



PLANEJAMENTO E DELIMITAÇÃO TERRITORIAL NA COMPOSIÇÃO SOCIOESPACIAL DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO MUNICÍPIO DE GARANHUNS - PE

Wellington Cesar Barbosa de Lira ¹

INTRODUÇÃO

Encravada entre sete colinas numa região planáltica do Agreste Meridional Pernambucano, com aproximadamente mil metros de altitude, apresentando um clima mesotérmico, comparado com a região sul do mediterrâneo, encontra-se a cidade de Garanhuns. Distante 225 Km da capital pernambucana, rica em belas paisagens e fontes de água mineral, é conhecida como a cidade das flores. É também um centro polarizador da região abrigando um diversificado comércio e sendo referência regional nas áreas de saúde e educação.

A origem de Garanhuns remete a metade do século XVII, com a instalação no planalto, da tribo Cariris, denominada de Unhanhu, de corruptela Garanhú. De onde se origina o primitivo nome de Campo de Garanhú, para posteriormente se consolidar como Garanhuns.

Contemporânea do período da guerra holandesa e da guerrilha do Quilombo dos Palmares, Garanhuns é marcada pela forte presença de negros fugidos, pois por ordem do Rei todos os quilombos deveriam ser destruídos. Com a forte presença das tropas no litoral esses negros foram cada vez mais adentrando aos agrestes e sertões do nordeste brasileiro, buscando refúgio, principalmente, nas áreas planálticas.

Dessa maneira, nas áreas planálticas do agreste pernambucano, passam a existir redutos de resistência, em similaridade a Palmares. Esses novos quilombos que surgiam nestas áreas, descritas como áreas de florestas e altas serras, serão também alvos das tropas do Rei, que também conseguiu exterminar os quilombos encontrados nas terras de Unhanhu, entre estes o Magano, que hoje dá nome a um bairro de Garanhuns. É nesta fase que se originam as comunidades de Castainho, Caluete, Estivas, Estrela, Timbó e Tigre, não existe definição da data, mas se sabe que é inegável a íntima relação da formação desses com o Quilombo dos Palmares.

Estas comunidades estão localizadas nas áreas rurais do município de Garanhuns, desprovidas da maioria dos equipamentos de infraestrutura como: esgoto, iluminação pública, segurança, postos de saúde, escolas, entre outros. O acesso para todas estas comunidades é feito por estradas não asfaltadas, as populações vivem em precárias condições de vida, as comunidades não conseguem se manter economicamente sem os subsídios das diversas esferas governamentais, principalmente do Governo Federal.

É pelo reconhecimento dos seus territórios que as comunidades quilombolas de Garanhuns vem lutando, a busca da definição do seu espaço, e com isso, conseguirem, além da sua autoafirmação enquanto grupo social, demonstrar para o restante da sociedade que eles existem, e são componentes ativos na configuração de todo o complexo social existente.

Em virtude de um processo de imediatização e difusão dos meios informacionais atuarem na dinâmica e estruturação da configuração espacial e social recente. Esta se torna uma abordagem relevante, uma vez que se toma como referencial a identificação espacial da sociedade, compreendendo, de modo geral, que sua identidade territorial está vinculada apenas ao Estado-nação, que atrelada ao efeito da globalização proporciona uma padronização territorial da sociedade.

¹ Mestre pelo Curso de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, wellingtonlira@yahoo.com.br;



Fato este que não se manifesta como verdade exclusiva, uma vez que existem identidades territoriais descontínuas ou fragmentadas e sobrepostas onde vigora o confronto ou o diálogo, revelando uma sociedade completamente não padronizada. É sobre este viés que se buscou analisar o planejamento e delimitação territorial na composição socioespacial das comunidades quilombolas do município de Garanhuns – PE.

Estas comunidades se apresentam de modo singular, no que diz respeito ao seu posicionamento locacional, uma vez que estão no entorno de um dos centros polarizadores do Agreste Meridional Pernambucano. Apesar desta proximidade, todas estas comunidades vivem de modo muito precário, não estando contextualizadas socialmente na configuração municipal. Vale ressaltar que o município de Garanhuns se apresenta como um referencial regional de conotação europeia (suíça pernambucana), devido a sua condição climática. Fato este que se evidencia através da sua feição urbana que possui moradias no estilo de chalés europeus, ou seja, a cidade é evidenciada pela sua tradição branca europeia e faz disso, literalmente, um cartão de visita. Tudo isso torna as comunidades ilhas de isolamento socioeconômico, sendo apenas percebidas, do ponto de vista político locacional, em períodos eleitorais.

Dessa forma, o processo planejamento, identificação e delimitação dos territórios das comunidades quilombolas de Castainho, Caluete, Estivas, Estrela, Timbó e Tigre se apresentam como um intrigante objeto de análise, uma vez que todo o seu processo de reconhecimento socioespacial encontra-se em construção, tornando-as um elemento desencadeador para a compreensão da dinâmica, territorial e social existente, não só no município de Garanhuns, mas em todo o Agreste Meridional Pernambucano.

APORTE TEÓRICO

A elaboração desta pesquisa se pauta em abordagens referentes ao território e a identidade, a fim de promover discussões sobre a formação de uma identidade socioterritorial. Ao utilizar o território como elemento vetorial para promoção de reflexões, faz-se necessário seu entendimento enquanto conceito basilar.

Apesar de ser um conceito para a Geografia, território, por fazer referência à espacialidade humana, tem certa tradição também em outras áreas, cada uma com enfoque centrado em uma determinada perspectiva Haesbaert (2004). Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões; a Ciência Política, Segundo Bobbio (2007) Bonavides (2007), enfatiza a sua construção a partir de relações de poder (na maioria das vezes ligada à concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, como apregoa Caio Prado Júnior (1997), que percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto força produtiva); a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais; a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo; a Psicologia Conforme Moser (2018) Schneider (2011) incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo; para a Filosofia este se apresenta como conceito-chave atingindo uma noção muito ampla que atinge dimensões que vão do físico ao mental, do social ao psicológico.

Ao buscar uma conceituação para o território podemos identificar a existência de algumas dimensões que usualmente ele é focado, sendo estas realizadas a partir de uma contextualização política, econômica, cultural. Numa perspectiva política o território costuma possuir relações de espaço-poder, em geral, ou jurídico-política, relativas também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas. A mais difundida, é aquela que trata o território como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder Raffestin (1993) Andrade (1995), na maioria das vezes, mas não exclusivamente, relacionado ao poder político do Estado. Sobre o ponto de vista econômico, menos difundido, é dada ao território



uma ênfase a sua dimensão espacial das relações econômicas, o território é entendido como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo.

Numa perspectiva cultural e também simbólico-cultural. Conforme Fernandes (2009) e Saquet (2007) o território é priorizado com uma dimensão mais subjetiva, sendo visto como um produto da apropriação e valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido. É importante salientar a diferenciação existente entre essas três dimensões (política, cultural, econômica) com que usualmente o território é focalizado, mas é significativo também buscar uma discussão mais ampliada, levando em consideração que estas dimensões estão inseridas dentro de uma fundamentação filosófica, ficando evidente que uma resposta a estes referenciais irá depender da posição filosófica adotada pelo pesquisador.

Numa abordagem geográfica se podem identificar algumas posições que privilegiam a dimensão econômica na construção do conceito de território. A mais consistente e relevante vem de Santos (2000), que afirma que o uso, prioritariamente econômico, é o definidor por excelência do território, em defesa de uma abordagem geográfica integradora e totalizante. Santos (1994) utiliza a controvertida expressão “território usado” como correlato direto de espaço geográfico, objeto da disciplina geográfica.

Ao definir espaço geográfico como sendo sinônimo de território (território usado), como interação entre um sistema de objetos e um sistema de ações, Santos (1996) explicita a base materialista de fundamentação econômica em seu trabalho. Apesar de criticar as limitações da abordagem analítica em torno da dialética das forças de produção e das relações de produção, ele associa, ainda que de forma simplória, como ele próprio diz, sistema de objetos como um conjunto de forças produtivas e sistema de ações como um conjunto de relações sociais de produção. Dessa maneira, busca-se uma reflexão que indica que o território não seja visto apenas como o lócus das relações de poder que se fortalecem através de mediações espaciais, mas como um meio de identificação e de reformulação de sentidos e de valores Haesbaert (1997). É de acordo com esta concepção que se buscará também tratar a questão de identidade, fundamental para o diálogo com o território na busca de uma construção socioterritorial.

De modo geral, Bradley (1996) Weeks (1990) Cuche (1999) apontam que a identidade será entendida como algo que pode tanto referenciar uma pessoa como um objeto, implicando numa relação de semelhança ou de igualdade. Entretanto, deve-se entender que esta busca do igual, do idêntico, pode ser trocada pela busca do verdadeiro, do autêntico. Para Saquet (2009) Haesbaert (1997) a identidade não é vista de modo concreto, ficando restrita ao campo das representações, eminentemente simbólica. Não podemos, neste caso, tratar a identidade de modo imaterial, uma vez que se entende que a sua materialidade pode vir através do território.

Os símbolos que compõem uma identidade não são construções totalmente eventuais; mantêm sempre determinados vínculos com a realidade concreta. Os vários conflitos pela defesa de fronteiras, por exemplo, demonstram que as referências espaciais permanecem relevantes para a definição ou fortalecimento de identidades. A própria memória (coletiva) de um grupo social precisa de uma referência territorial (SAQUET e BRISKIEVICZ 2009, p. 6)

Ao buscar o entendimento de uma identidade socioterritorial pode-se também levantar uma discussão sobre símbolo. Uma vez que este mantém numa relação mais direta com a coisa nomeada e ao mesmo tempo mais carregado de subjetividade, possuindo uma abertura capaz de levar a outros sentidos. Portanto, uma das bases que pode dar mais consistência e eficácia ao poder simbólico da identidade são os referenciais concretos aos quais se faz referência para ser construída, uma vez que o símbolo necessita sempre de algum referente concreto para se realizar, podendo ser este um recorte ou uma característica espacial, ou neste caso, pode-se ter



a construção de uma identidade através do território, constituindo assim, uma identidade socioterritorial.

Dessa forma, entende-se que a existência de um recorte territorial real materializado, concreto, pode ajudar na construção de uma identidade socioterritorial, tornando-a mais inteligível e objetiva.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desta pesquisa buscou-se um aporte em dados documentais e bibliográficos onde foi possível realizar um levantamento de dados socioeconômicos, infraestruturais, político-administrativo sobre o município e as comunidades; foram realizadas também análises de informações referentes a cadastro e projetos de órgão públicos e empresas privadas sobre planos de intervenções ocorridos ou que iriam ocorrer no município e no território das comunidades; foram levantados leis, decretos e instruções normativas de órgãos públicos, ligados a questão quilombola no Brasil. No tocante as ações *in loco* houve o mapeamento e identificação das famílias existentes nas comunidades; a identificação da fisionomia predominante no território pleiteado pelas comunidades; acompanhamento das intervenções das três esferas governamentais no município e nos territórios das comunidades. De acordo com o ponto central da pesquisa, a mesma pode ser classificada segundo Gil (2007) e Yin (2002) como um estudo de caso [...] “caracterizado pelo profundo e exaustivo estudo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados do mesmo” [...] (GIL, 2007 p.73).

RESULTADOS E/OU DISCUSSÕES

Em relação aos dados obtidos, até o momento, pode-se inferir que é de fundamental importância o processo de delimitação territorial das comunidades para uma identificação socioespacial. Mesmo com dados ainda em construção em virtude da suspensão de ações nas áreas das comunidades proporcionadas pelas atuais medidas tomadas pelo Governo Federal é possível afirmar que é pelo reconhecimento dos seus territórios que as comunidades de Castainho, Caluete, Estivas, Estrela, Timbó e Tigre vem lutando. Exigindo que as autoridades governamentais realizem um resgate, principalmente no que diz respeito à definição de sua área territorial. Para que dessa forma, elas possam ter a definição do seu espaço, e com isso conseguirem, além da sua autoafirmação enquanto grupo social, demonstrar para o restante da sociedade que eles existem, e são membros atuantes na configuração de todo o complexo social existente.

Palavras-chave: Território; Quilombola; Identidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.

BOBBIO, N. **Estado, Governo, Sociedade**: Para uma teoria geral da política. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra. 2007.

BONAVIDES. Paulo. **Ciência Política**. 10.ed. 9ª tiragem. São Paulo: Malheiros Editores. 2000.

BRADLEY, H. **Fractured identities**. Cambridge: Polity Press, 1996.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: Edusc, 1999.



GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997.

MOSER, G. **Introdução a Psicologia Ambiental: pessoa e ambiente**. Campinas, SP: Alinea. 2018.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton **A natureza do espaço – técnica e tempo – razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996

_____, *et al.* **O papel ativo da geografia: um manifesto**. Florianópolis: XII Encontro Nacional de Geógrafos 2000.

_____, *et al.* (orgs.) **Território: Globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec e ANPUR 1994.

SAQUET, Marcos Aurelio, BRISKIEVICZ, Michelle. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **In.: Caderno Prudentino de Geografia**, nº31, vol.1, 2009. p. 03-16. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7437>. Acesso em: 20 de março de 2021.

SCHNEIDER, Daniela. Ribeiro. **Sartre e a psicologia clínica**. Florianópolis: Editora da UFSC. 2011

WEEKS, J. The value of difference. **In: Identity: community, culture, difference**. London: Lawrence & Wishart, 1990. p. 88-100.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman. 2002.